

edifício em causa, num local mais próximo do centro.

O deputado José Afonso disse que não há necessidade de construção de um novo edifício, depois das obras nas Finanças.

O deputado Moisés emendou que a distância é prejudicial às pessoas idosas obrigadas a deslocar-se aos extremos de Vila para tratar de assuntos legais.

Logo à votação o resultado foi de 7 votos a favor e 3 votos de abstenção, com 0 votos em branco.

O deputado José Eduardo fez declaração de que se absteve por não ver necessidade de um novo edifício para as Finanças.

O deputado Manuel Isaac absteve-se por discordar do local. Passou-se à análise e aprovação das futuras Comissões.

Porém, por impossibilidade de emissão mandatada pelas Assembleias, ter um parecer sobre o código proposto, foi a votação adiada para uma nova e próxima sessão.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão de que fez a presente acta que vai ser assinada

Abílio Reis

João Jesus

ACTA N.º 38

Em 22 de Fevereiro de 1985 reuniu nos Paços do Concelho de Vila do Lhar a Assembleia Municipal em sessão ordinária, pelas 21 horas.

Presente a sessão procedeu-se à chamada dos deputados e que faltaram Augusto Manuel Gonçalves Aníago, Manuel Isaac Neves Mendes Correia, José Daniel Manhães Bento, José Manuel Rego Guedelha, António João Lopes Vináncio, José Martinho Pires Lourenço, pelo que se verificou quorum.

Procedeu-se à leitura da acta da sessão de 21-12-84 que após rectificações, foi aprovada por 20 votos a favor, com 3 abstenções.

No período de antes da ordem de trabalhos, o Dr. António Vinagre apresentou 2 propostas e uma proposta em nome do grupo político APV.

A proposta n.º 1 que se transcreve:

“A Assembleia Municipal ao tomar conhecimento que as verbas do Orçamento do Estado para as Autarquias, para o ano de 1985, são inferiores às do ano de 1984, tendo em atenção a inflação,

Sancho

Verificados e sabendo que a verba para o novo emcelho de-
minuiu cerca de 7%:

- Demoneis esta situação emo um atentado as poder local democratico -
A moção foi aceite para discussão e 16 votos e 7 abstenções
O deputado Buxo pediu informações sobre a fonte das informações
O presidente da mesa respondeu que os valores emstrados do Orçamento
foi a votação foi a moção aprovada por 16 votos a favor e 7 abstenções.
Lida a 2.ª moção que dizia: "Em defesa da Reforma Agraria"

Recentemente a U.C.P. Agrícola Alentejo, foi vítima de mais uma
expropriação de cerca de 500 hectares em benefícios de agrários que já
tinham sido contemplados com as reservas máximas previstas pela
Lei Barreto. Esta medida ilegal põe em sério risco a sobrevivência
da U.C.P. Agrícola Alentejo, tendo já contribuído para o desemprego de
doze trabalhadores.

Tem-se verificado que os agrários têm deixado as terras
que lhe têm sido entregues, emo acontecem agora com esta reserva,
contribuindo assim para o aumento de desemprego, de fome e de
miséria no novo emcelho e para o agravamento da situação Nacional.

A Assembleia Municipal, em coerência com tomadas de moções ante-
riores em defesa da Reforma Agraria e de solidariedade em os traba-
lhadores, repudia esta situação e apela para que seja reposita a
legalidade democrática.

A moção foi aceite por 16 votos e 6 abstenções e sem discussão
foi aprovada por 9 votos a favor, 6 contra e 8 abstenções.

De seguida foi lida a proposta da APV que se transcreve:

"Considerando que se comemora este ano, O ANO INTERNACIONAL
DA JUVENTUDE; considerando que não se embece qualquer iniciativa
a nível concelhio que as comemorações de tal efemeridade:

Propõe-se uma reunião concelhio em as Associações Culturais
Desportivas e Juvenis, com a Mesa da Assembleia Municipal, em
vista à possibilidade de elaborar uma proposta de iniciativas a
levar a efeito em a colaboração e apoio da Câmara Municipal no
âmbito das comemorações do Ano Internacional da Juventude"

Foi a proposta aceite para discussão por 22 votos a favor
e 1 abstenção, passando-se aos debates:

O Presidente da Mesa tomou a palavra para explicitar a ideia da proposta, cujo intuito era o de comemorar o ano da Juventude com a elaboração de Assembleias e das Associações desportivas e culturais em Alter do Tero, ficando a Mesa à incumbência de ajeitar a programação, uma vez que não há embelezamento de qualquer outra iniciativa.

O deputado Moisés Soares advertiu que talvez o Presidente da Câmara viesse a informar de algo programado. Todavia isto não obsta que a proposta seja votada, porque de qualquer modo fica implícita a nossa vontade de participar.

Posto à votação foi a proposta aprovada por unanimidade. De seguida, o Sr. Presidente da Mesa leu a correspondência. Passou-se a ouvir as informações do Presidente da Câmara sobre limpeza, obras, pessoal, oficina mecânica, inventário de materiais e mapas de obras em curso, convidando a Assembleia a observar os referidos mapas.

O deputado José Afonso empenhou-se com o arranque do serviço da Câmara que vai ao encontro das recomendações de Assembleias.

Perguntou pelo resultado do caso embursível tendo sido informado que o preavocado foi encontrado e sancionado.

O deputado Moisés Soares advertiu que se faz a regulamentação das *inquências*. O Presidente da Mesa empenhou-se com a feitura dos mapas e do inventário de materiais conforme o recomendado pelas Assembleias, pedindo um inventário de bens móveis e imóveis do Município.

Bogim o trabalho do Gabinete Técnico, englobando serviços da Câmara. O deputado Fernando Loures perguntou qual a situação do edifício da Caixa Geral de Depósitos situado nos doaltes que contrariam o estipulado no sentido de que o edifício seja entregue à Banda. O parecer do P.S. é de que se compra o combinado.

O Presidente da Câmara informou que sendo a autarquia o rendoso do edifício pensa ceder a poica à Banda.

O deputado Buxo emfimou que assistiu ao compromisso de Santos para de ceder à Banda aquele edifício.

O deputado José Afonso lembrou que a Câmara não deve deixar ficar mal a Banda Municipal de Alter, uma

Canelas

Associações centenárias e de units interesse.

O Presidente da Mesa fizera que a Câmara tem uma palavra a dizer como mandatária e defensora da Associação em prejuizo de uma instituição privada, propondo que saíra da Assembleia uma recomendação à Câmara, de manter a posição de honrar o compromisso da cedência do edificio.

Procedeu-se à votação, sendo esta recommendação aceite por 20 votos a favor e 2 abstenções.

O Dr. Bonêcho fez declaração de voto afirmando a sua simpatia pela Banda mas em a sede municipal local.

O deputado Francisco Senas perguntou pela escola de deficientes, qual a situação.

O Presidente informou que a ALME, não tem conduzido a escola muito bem, mas é possível um investimento para ela.

O vereador José Afonso perguntou se havia um vereador na Câmara a meio-tempo. O Presidente da Câmara respondeu afirmativo.

Voltando ao assunto do ALME o Presidente da Câmara foi acatado para assegurar a continuidade da Escola.

Foi dada a palavra a um funcionário da Escola, que informou a Assembleia do andamento do processo em discussão.

O Presidente da Mesa propôs que o Presidente da Câmara informasse a Assembleia dos pontos preliminares das suas decisões e pedir informação do parecer em que se baseou o despacho da Vereação autorizando o Vereador a meio-tempo.

De seguida leu o artigo 45º da Lei 100/84 interpretando de maneira diferente, a necessidade da Assembleia autorizar o exercício do vereador a tempo inteiro.

O Dr. Bonêcho emendou que a Lei é explícita.

Foi proposto que a Assembleia delegasse no Dr. Bonêcho para pedir o parecer jurídico do ponto em discussão.

Posto à votação foi a delegação aprovada por 16 votos e 7 contra.

Passou-se ao ponto nº 2 - apreciação e votação do pedido de autorização para participação do Município na Sociedade Mista para construção e exploração do Matadouro Regional.

O Presidente da Câmara deu informação de pretensão de Câmara.

Os deputados Fernando Soares, João Buxo e Moisés Calado intervieram na discussão.

O deputado Prates lembrou que sendo perto do litoral uma localidade bem central, pode que por hipótese venha a ser escolhida para implantação do matadouro no novo concelho.

Pelo a votação foi a referida autorização aprovada por 13 votos a favor com 10 abstenções.

Passando-se ao ponto 3 da ordem - apreciação e votação do novo código de Posturas para vigorar no concelho. Dado o atraso do parecer da Comissão encarregada de análise, estas posturas foram aprovadas na generalidade, sendo que a especialidade ficou actualizada pela mencionada Comissão que em nome da Assembleia, a entregará à Câmara.

No ponto 4 - Apreciação e votação do Regulamento do Empréstimo PR10/84.

O Presidente da Câmara deu informações sobre o PR10/84 e que o seu regulamento se baseia na Lei Geral.

Os deputados Fernando Soares e João Buxo fizeram intervenções.

O deputado Prates disse que sendo o empréstimo de interesse para a população interessada e o regulamento estar conforme a Lei vigente o mesmo deverá ser aprovado.

Pelo a votação foi o Regulamento aprovado por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão da qual eu 1.º Secretário Moisés Prates transcrevi a presente acta que os emponentes da Mesa irão afixar.



